



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Solicita realização de Audiência Pública.

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 24, III e XIV, juntamente com os artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater sobre as Medidas Provisórias 1063 e 1069 que tratam sobre a venda dos combustíveis, com a finalidade de discutir a incidência tributária sobre o preço final dos combustíveis, além de debater medidas para redução dos preços dos combustíveis e seus derivados. Para tanto, sugerimos como convidados:

- RFB (Receita Federal do Brasil);
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Governador Sr. Eduardo Leite;
- ICL (Instituto Combustível Legal), representado pelo General Guilherme Theophilo;
- Sindipostos Ceará, representada pelo Sr. Manuel Novais Neto.

JUSTIFICATIVA

Vivemos um período de crise econômica e de muitas incertezas. Os brasileiros estão pagando cada vez mais para encher o tanque do carro, em





algumas cidades do país o preço do litro da gasolina já passa dos R\$ 7 e se transformou num dos vilões da inflação responsável por afetar duramente o orçamento das famílias brasileiras.

No acumulado deste ano até agosto, o preço da gasolina já avançou 31,09%, enquanto o do diesel acumula alta de 28,02%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo divulgado amplamente na mídia, a alta da gasolina pesa, e inflação oficial fica em 0,87% em agosto, maior taxa para o mês desde 2000. A alta dos combustíveis já levou 25% dos motoristas de aplicativo a desistir de trabalhar nas plataformas, os efeitos desses preços exorbitantes tem gerado ainda mais desemprego.

Devemos debater sobre essa situação e buscar medidas concretas para tentar reduzir o preço dos combustíveis e de seus derivados, como o gás de cozinha, gasolina, diesel, que hoje são os grandes vilões da inflação, afligindo a sociedade como um todo. A incidência tributária é um fator determinante para em relação a esses valores comercializados no mercado e dentro dela se enquadra a questão da insegurança em relação ao álcool, visto que a carga tributária entre os atores envolvidos com as novas regulamentações não ficou bem definida.

Em vista de todos esses fatos, entendemos ser de suma importância a realização de audiência pública nesta Comissão de Minas e Energia para que possamos debater essa realidade em busca de soluções efetivas, e por essa razão conclamo os nobres Deputados a votarem favoravelmente à aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2021.

Dep. DANILO FORTE
PSDB/CE

